

José Herval Sampaio Júnior

ABUSO DO PODER NAS ELEIÇÕES

TRISTE REALIDADE DA POLÍTICA(AGEM) BRASILEIRA

ENSAIOS

3ª edição

revista, atualizada
e ampliada

2020



EDITORIA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

	NOTA INTRODUTÓRIA	27
1	A TRISTE REALIDADE DA POLITICAGEM BRASILEIRA Uma verdade que precisa ser enfrentada com rigor e firmeza pelas autoridades competentes, extirpando a famigerada estrutura de poder pelo poder	31
	1.1 A nova feição estrutural do poder pelo poder no cenário eleitoral: Abuso de poder religioso: notas introdutórias	38
	1.2 A figura do abuso de poder religioso nas eleições: um olhar conceitual	45
2	ALGUMAS QUESTÕES PROCESSUAIS LEVANTADAS EM DEFESAS ELEITORAIS QUE BUSCAM EVITAR A APURAÇÃO DOS ILÍCITOS ELEITORAIS Outra realidade infelizmente constatada em diversas ações.....	61
	2.1 Da abertura formal do prazo para manifestação e da ocorrência ou não da revelia e seus efeitos	64
	2.2 Da Continência e litispendência	72
	2.3 Do possível cerceamento do direito de defesa no sentido amplo por não cumprimento de diligência	79
	2.4 Da possível necessidade de formalização de improbidade admi- nistrativa para configuração do ilícito eleitoral ou exclusão de tal responsabilidade	82
	2.5 Da intempestividade para apresentação de AIJE.....	87
	2.6 Da improcedência de plano quanto a uma parte	96
	2.7 Do litisconsórcio passivo em AIJE	97
	2.8 Da preliminar de falta de condição de procedibilidade e conse- quente extinção do processo sem resolução do mérito.....	102

2.9	Da alegação de parcialidade de membro do Ministério Público....	112
2.10	Quanto à intempestividade da AIJE e a suposta ausência de interesse de agir na alegação de Captação Ilícita de Sufrágio.....	116
2.11	Quanto à Decadência do Direito de Ação	119
2.12	Do reconhecimento parcial de litispendência com relação a um fato repetido em uma mesma ação e não ocorrência dos demais...	121
2.13	Da Litispendência e o novo entendimento do TSE	127
2.14	Da conexão e suspeita de parcialidade de representante do Parquet	130
2.15	Da carência de ação por suposta ausência de litisconsórcio passivo necessário em AIME	132
2.16	Da possível litispendência de AIJE com relação à AIME (<i>Ver tópico 2.2</i>).....	139
2.17	Da não vinculação ao alegado pelas partes quanto à capitulação jurídica	140
2.18	Da estratégia de se utilizar de várias ações para um mesmo fato: irrelevância para o Poder Judiciário	142

3

DO ABUSO DE PODER POLÍTICO E CONDUTAS VEDADAS

	Uso da máquina estatal de forma dissimulada em diversas situações.....	151
3.1	Considerações teóricas sobre a temática	151
3.2	Dos fatos e alegações quando da utilização de carros de som de campanha para a transmissão de mensagem pessoal de Chefe do Poder Executivo, apregoando feitos da administração pública estadual, com a intenção de favorecer os candidatos ora investigados.....	167
3.3	Comparecimento do(a) Governador(a) para inauguração e/ou a anúncio de obras públicas semanalmente, inclusive, aliado ao retardamento, ou o anúncio de futuras ações da administração pública estadual, obtendo farta cobertura dos meios de comunicação, bem como fazendo campanha pessoal, aliada ao corpo a corpo com eleitores, em favor dos investigados, utilizando-se, tanto do anúncio como da realização de obras pelo governo do Estado para a promoção dos mesmos	170
3.4	Realização de campanha em favor dos investigados através de meios midiáticos, cooptados a partir da utilização dos poderes político e econômico, decorrentes do emprego de verbas públicas pelo (a) Governador(a) do Estado do Rio Grande do Norte,	

bem como teria “reaproveitado” fatos dantes anunciados como se novos fossem	172
3.4.1 Superexposição de movimentação de Chefe do Poder Executivo Estadual em campanha municipal, bem como de obras do governo estadual e ainda propaganda em prol dos investigados, como também de forma associada, críticas e veiculação de notícias desabonadoras à candidata adversária e a políticos ligados a ela, através de blogs e jornais impressos, vinculados à corrente política da autoridade.....	172
3.4.2 Declarações em entrevistas, comícios e outros, dando a entender, segundo os proponentes, que a cidade só continuaria a avançar, ou que o(a) chefe do Executivo e o governo do Estado só faria parceria “com quem é amigo, quem é leal”, assim, sua parceria “é com na Prefeitura”, bem como diversos anúncios de obras realizadas ou a serem realizadas, inaugurações e afins, na cidade a cada fim de semana, com destaques de trechos de entrevistas e discursos, entre eles, “eu preciso dessa prefeita para fazer mais por”, o que, segundo dar-se a entender pela argumentação acusatória, se referia às obras anunciadas durante os dias anteriores	179
3.5 Práticas de favorecimento nos comícios e atos públicos com o uso de obras do Estado como assunto de campanha, bem como uso de avião do poder público para deslocar-se aos eventos políticos	181
3.5.1 Dos acontecimentos do dia 24 de setembro de 2012, como exemplo das supostas condutas que estariam sendo praticadas durante o período eleitoral, como uso de obras do Governo do Estado para promover a campanha dos ora investigados, bem como uso de recursos e bens públicos (Avião) para tal	181
3.5.2 Outros exemplos de abuso do poder econômico, político e midiático, encabeçados pelo(a) governador(a) com o intuito – segundo se afirma – de favorecimento pessoal e desequilíbrio eletivo/político	181
3.5.2.1 Utilizações de expressões que buscariam fazer a ligação da campanha política e a propaganda institucional do município	181

3.5.2.2	Referência de forma subliminar do número dos investigados em ato de assinatura de licitação para a construção de adutora	184
3.6	Da prática ilícita de cooptação de votos pelo (a) Governador(a), seus assessores e familiares, em prol dos investigados à custa da influência política em função do cargo de Chefe do Poder Executivo.....	184
3.7	Exemplo da utilização da máquina administrativa municipal em prol da campanha dos investigados. Inauguração de bem público em pleno evento político eleitoral, com discurso em que se utiliza obras públicas para favorecer a campanha dos investigados	187
3.8	Propaganda irregular em favor dos investigados através de OUTDOOR em nome do Governo do Estado, anúncio de obra pelo(a) Governador(a) como plataforma de campanha ...	187
3.9	Discursos, mensagens através do Carro de Som e a Carta Aberta à localidade muito populosa	188
3.10	Da utilização da “máquina” administrativa do Poder Executivo do Estado	194
3.10.1	Abuso do Poder Econômico e Político através da utilização indevida da máquina pública estadual e da influência que sua gestão produz.....	196
3.10.1.1	A nomeação de parente de político tradicional ligado ao grupo político para consolidar o apoio aos investigados, evitando apoio à candidatura adversária	196
3.10.1.2	Da utilização indevida dos aviões do Estado....	212
3.10.1.3	Do uso abusivo da condição de Governador(a): a propaganda eleitoral ilícita em prol dos investigados como meio de abuso político a partir do exercício do cargo	221
3.11	Da utilização do aparato funcional, financeiro e administrativo do município.....	229
3.11.1	Considerações iniciais.....	229
3.11.2	Da reunião eleitoral ilícita flagrada pela equipe de fiscalização da Justiça Eleitoral	230
3.11.3	Das promessas de campanha da investigada que se convertem imediatamente em prática e/ou projetos anunciados da prefeitura de... ..	238

3.11.4	Da utilização de recursos públicos para realização de eventos do município com a distribuição de fardamento nas cores de campanha da candidata investigada	243
3.11.5	Da realização de propaganda institucional irregular durante o período eleitoral – a ilícita propaganda “longa vida”	247
3.11.6	Do uso de servidores públicos em horário de expediente para realização de campanha em favor dos investigados	256
3.11.7	Da celebração de convênios com associações rurais em período vedado.....	263
3.11.8	Da suspensão de salários de servidores para coação eleitoral	266
3.12	Do patente uso da máquina estatal para feitura de poço em comunidade pobre e região seca do Estado com fins eleitoreiros	269
4	ABUSO DE PODER ECONÔMICO	281
4.1	Considerações iniciais sobre o referido abuso e a AIME (Ação de Impugnação de Mandato Eletivo).....	281
4.2	Promessas e Doações realizadas em prol dos investigados/impugnados – utilização excessiva de recursos econômicos e políticos com a finalidade de criar situações favoráveis à eleição dos primeiros investigados – corrupção político-eleitoral.....	304
4.3	Do abuso de poder econômico praticado no contexto da prestação de contas dos investigados	321
4.3.1	Da não informação correta do valor de mercado de aluguel de veículos tipo Hilux	321
4.3.2	Da não informação do uso de helicóptero na campanha e a sua devida contabilização	325
4.3.3	Da doação por Colégio pertencente a grupo educacional que recebe subvenção pública	332
4.3.4	Das doações de pessoas jurídicas que não têm atividade relacionada com o bem ou serviço doado e que não condizem com o valor de mercado	334
4.3.5	Da alteração do limite de gastos no decorrer da campanha e superação do valor informado	338

4.3.6	Contratação de despesas após a data das eleições.....	341
4.3.7	Quanto à tentativa de ligar a prestação de contas dos investigados e a.....	344
	do Comitê Financeiro do PR (Partido da República) como se fosse somente uma	346
4.3.8	Quanto à omissão de receitas/despesas na realização de comícios.....	346
4.3.9	Incoerências quanto aos contratos de locações de veículos ...	348
4.3.10	Da patente omissão de várias doações feitas ao comitê financeiro em sua própria prestação de contas	350
4.3.11	Outros casos de despesas realizadas após as eleições e não contabilizadas.....	354
4.3.12	Da total disparidade de valores informados na prestação de contas em relação a gastos com veículos, combustível e motorista.....	363
4.3.13	Da omissão das despesas quanto ao Gerador de energia para movimentações políticas	368
4.4	Da patente omissão de má-fé de gastos com confecção de bandeiras com uso de CPF de antigo fornecedor.....	369
4.5	Da presença de um famoso cantor de renome nacional sem a devida contabilização	381

5

	ABUSO DE PODER NO USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	385
5.1	Considerações iniciais sobre a temática e a influência marcante de tal tipo de abuso no processo eleitoral hodiernamente.....	385
5.2	Da massificação do nome de candidato a prefeito através de grupo de comunicação de televisão, rádio e jornal de sua família	398
5.3	Do abuso do poder midiático amparado pela máquina estatal do Estado e do Município.....	441
5.3.1	Da utilização dos jornais escritos e a devida repercussão na internet.....	441
5.3.2	Das Rádios e da TV que instrumentalizam a campanha da candidata apoiada pela máquina pública	450
5.4	Abuso de poder na era da informação digital: considerações gerais	452

6	A FAMIGERADA COMPRA DE VOTOS (CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO)	459
6.1	Considerações teóricas sobre a temática	459
6.2	Da troca de votos por sacos de cimento	474
6.3	Da Captação Ilícita de Sufrágio através da distribuição de dinheiro em espécie	484
	Resolução Nº 23.478	499
	Referências Bibliográficas	503